

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO ( COMUNICAÇÃO COORDENADA )

NOME: WELLINGTON PEREIRA SILVA

TÍTULO: O PROFESSOR RÉGIO: O PAPEL SOCIAL E UMA PROFISSÃO EM FORMAÇÃO NO TERMO DE MARIANA (1772-1835)

AUTORES: WELLINGTON PEREIRA SILVA, WELLINGTON PEREIRA SILVA

PALAVRA CHAVE: PROFESSOR RÉGIO, REFORMAS POMBALINAS, AULAS RÉGIAS; TERMO DE MARIANA.

## RESUMO

O PROFESSOR RÉGIO: O PAPEL SOCIAL E UMA PROFISSÃO EM FORMAÇÃO NO TERMO DE MARIANA (1772-1835)

Wellington Pereira Silva

Vera Lúcia Nogueira

Esta comunicação apresenta um recorte da pesquisa que venho desenvolvendo no Mestrado em Educação e Formação Humana da Faculdade em Educação da UEMG. O objetivo é analisar o papel social e a formação da profissão do professor régio no termo de Mariana no período de 1772 a 1835, que compreendeu a criação das Aulas Régias e as mudanças das políticas educacionais que ocorreram com a instituição do Império Brasileiro com a promulgação da Lei Mineira n.º 13, de 28 de março de 1835. Situada no âmbito da História da Educação Colonial, a pesquisa dialoga com os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural. A pesquisa espera contribuir com a produção científica sobre o tema, preenchendo as lacunas do campo acerca dos processos educativos que ocorreram em Minas Gerais. O contexto histórico da pesquisa se inicia no século XVIII com o advento do Iluminismo, onde Portugal, influenciado pelas ideias das "luzes", elege a Educação como principal estratégia para desenvolver e fortalecer sua economia. Dessa maneira, a Coroa poderia formar homens capazes de colocar o reino em direção à modernização. Assim no reinado de D. José I, seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), o Marquês de Pombal, promoveu duas grandes reformas – uma em 1759, com a instituição das "Aulas Régias" e a outra em 1772, com a reforma dos Estudos Maiores. Foi no âmbito dessas reformas, intituladas como Reformas Pombalinas, que a Educação, especialmente nas Minas Gerais, passou a ser o centro das atenções da Coroa Portuguesa, devido aos conflitos que ocorreram com a exploração das minas de ouro e a cobrança excessiva de impostos, pelo fato de não existir escolas públicas e grande parte desta população ser composta por escravos e pessoas analfabetas. Assim, a Coroa vislumbrou a necessidade de educá-los e civilizá-los dentro dos padrões europeus. Por ser uma região de grande importância política e econômica, iniciaram as relações de ordem comercial, social e cultural e com a criação das aulas régias, destaca-se a figura dos mestres – responsáveis por ensinar a ler, escrever e contar e os princípios morais e de boa conduta. A metodologia compreende o cruzamento e análise das fontes localizadas nos acervos do Arquivo Público Mineiro (APM), em especial na Coleção Casa dos Contos, que contém documentos chamados Folhas Literárias e Instrução Pública da Província. No Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM) estão os inventários dos mestres e o mapa da população das freguesias. No Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), se encontram as fontes do campo legislativo: cartas de leis, alvarás régios, provisões reais (documentos que constam a licença e duração do ofício dos mestres de primeiras letras, seus ordenados e a localidade em que atuavam). Ao realizar o levantamento bibliográfico sobre os estudos historiográficos que investigaram a Educação Colonial, em especial, os estudos que tomaram o professor régio como objeto de investigação, foi possível conhecer o investimento do campo acerca de uma temática que encontra lacunas na produção, principalmente, na produção sobre a educação no século XVIII em Minas Gerais. Assim, ao analisarmos as produções que selecionamos sobre a temática História da "profissão docente", constatamos que este processo se iniciou nas primeiras décadas do século XIX, já no Império, com a promulgação da Lei Geral do Ensino de 1827, que estipulou a política oficial de Educação para o Império e, na província de Minas Gerais, esse processo iniciou somente com a promulgação da Lei n. 13, de 28 de março de 1835, sendo que a profissionalização e a qualificação dos professores, ficaram a cargo da Escola Normal de Ouro Preto. Percebemos que o processo da formação da profissão docente se deu por meio da longa duração e se institucionalizou no decorrer do século XIX. Constatamos que durante o século XVIII não houve a "formação da profissão docente". Assim, pretendemos realizar estudos verticalizados sobre alguns mestres que ministraram aulas no Termo de Mariana, utilizando a abordagem da Micro-história para traçar suas trajetórias, suas redes e espaços de sociabilidades, bem como suas práticas e atuação educacional, de modo a compreender o papel social por eles exercido, suas estratégias e táticas profissionais. Logo, poderemos contribuir para melhor compreensão sobre os primórdios da Educação em Minas Gerais.